

NOTA INFORMATIVA

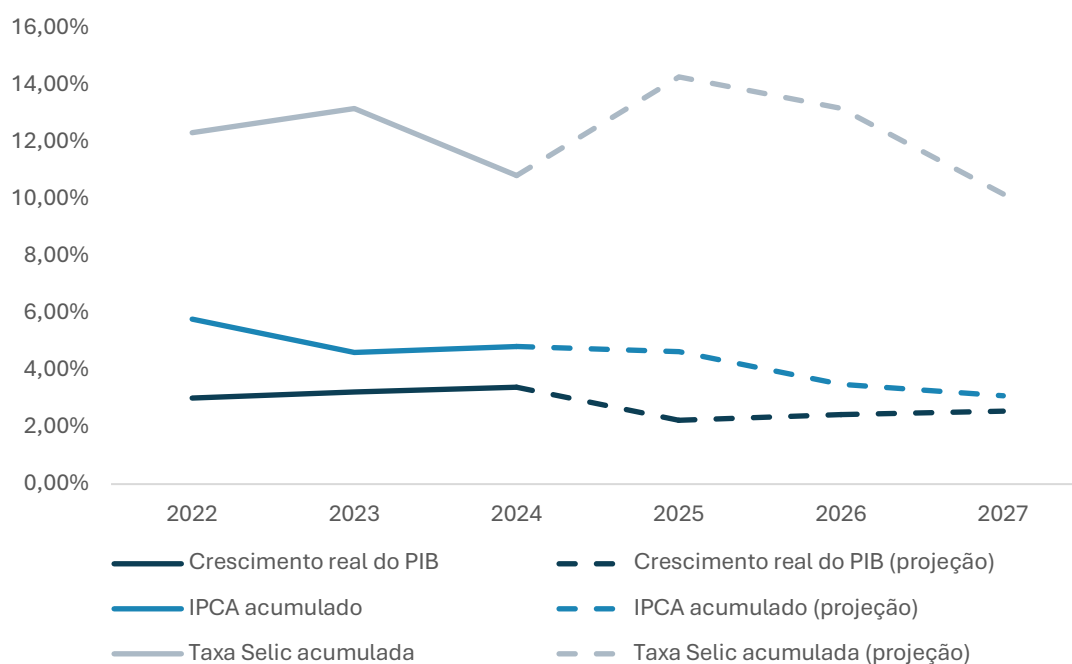
Boletins Macroeconômico e Fiscal de novembro de 2025

Data de elaboração:
14/11/2025

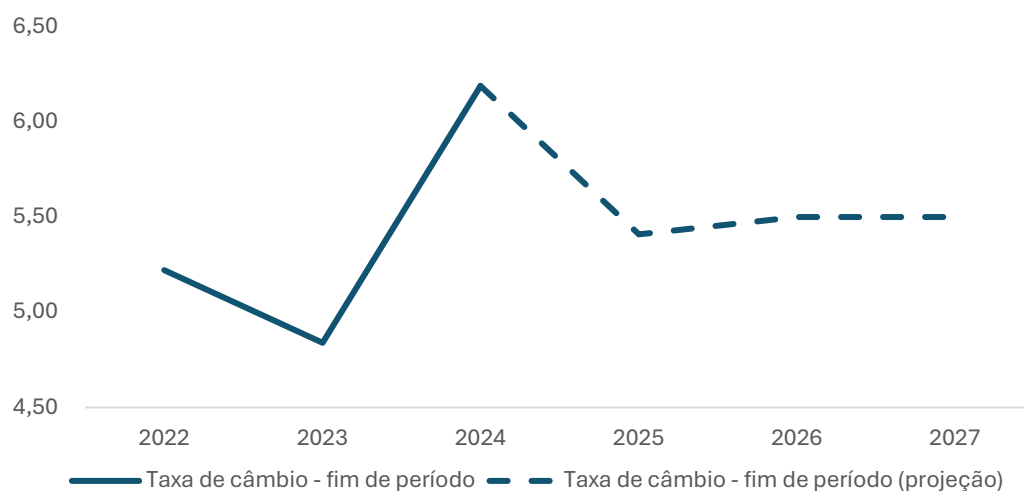
1. SUMÁRIO EXECUTIVO

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda publicou ontem o Panorama Macroeconômico e o Boletim MacroFiscal de novembro de 2025. Entre as informações apresentadas, destacam-se:

- A projeção de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 2025 foi reduzida de 2,34% para 2,24%;
- A projeção da taxa de inflação acumulada para 2025 foi reduzida de 4,84% para 4,64%, embora ainda superior ao teto da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 4,50%;
- Quanto ao câmbio (R\$/US\$), as projeções indicam taxa média de R\$ 5,59 para o ano de 2025 e taxa de R\$ 5,41 para o mês de dezembro deste ano;
- Projeta-se taxa Selic de 14,90% ao final de 2025. Para o acumulado no ano, a projeção é de 14,29%. O patamar atual é de 15,00%;
- Aponta-se um aumento da população ocupada de 3,91% no ano de 2025;
- A previsão de variação da massa salarial real para 2025 foi reduzida de 6,62% para 6,45%. Ademais, também houve redução da variação percentual estimada do rendimento médio real, de 2,73% para 2,44%;
- A balança comercial apresentou superávit de US\$ 52,86 bilhões no acumulado dos últimos 12 meses (tendo setembro como mês de referência) e superávit de US\$ 2,32 bilhões no mês de setembro;
- A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 64,79% do PIB em setembro de 2025. Enquanto isso, a taxa de juros implícita da DLSP, acumulada em 12 meses, com referência a setembro/2025, foi de 14,14%.

**Gráfico 1 – PIB, IPCA e Taxa Selic**

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Panorama Macroeconômico – novembro/2025.

Gráfico 2 – Taxa de câmbio (R\$/US\$)

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Panorama Macroeconômico – novembro/2025.



Além disso, cabe sintetizar os principais indicadores referenciados nos informativos, conforme apresentados na tabela a seguir:

Tabela 1 – Principais Indicadores dos Boletins - novembro/2025

Parâmetro	2025		2026		2027	
	Panorama Macro. – Nov/2025	Expectativas de Mercado	Panorama Macro. – Nov/2025	Expectativas de Mercado	Panorama Macro. – Nov/2025	Expectativas de Mercado
Crescimento real do PIB (%)	2,24	2,16	2,44	1,78	2,56	1,88
População Ocupada (Variação %)	3,91	-	2,68	-	2,28	-
Taxa de desocupação - fim de período (%)	5,60 ⁽¹⁾	5,74	-	6,20	-	7,00
Crescimento real da massa salarial (%)	6,45	-	5,88	-	5,29	-
Crescimento real do rendimento médio (%)	2,44	-	3,12	-	2,94	-
IPCA acumulado (%)	4,64	4,55	3,50	4,20	3,10	3,80
INPC acumulado (%)	4,46	4,80 ⁽⁴⁾	3,26	4,32 ⁽⁴⁾	3,00	-
IGP-DI (acumulado %) ⁽²⁾	1,40	-0,22	4,50	4,08	3,90	4,00
Taxa Selic – acumulada no ano (% a.a.)	14,29	-	13,19	-	10,18	-
Taxa Selic – fim do período (% a.a.)	14,90	15,00	11,40	12,25	9,16	10,50
Taxa de câmbio - média (R\$/US\$)	5,59	-	5,47	-	5,50	-
Taxa de câmbio - fim do período (R\$/US\$)	5,41	5,41	5,50	5,50	5,50	5,50
Saldo da balança comercial (em bilhões de US\$)	52,86 ⁽³⁾	62,00	-	65,95	-	74,70
Saldo em transações correntes (em bilhões de US\$)	-78,95 ⁽³⁾	-72,10	-	-65,25	-	-60,20
Resultado Primário do Setor Público (% PIB)	-0,27 ⁽³⁾	-0,50	-	-0,60	-	-0,40
Resultado Primário do Governo Central (% PIB)	-0,32 ⁽³⁾	-	-	-	-	-
Dívida Líquida do Setor Público – DLSP (% PIB)	64,79 ⁽¹⁾	65,80	-	70,10	-	73,80
Dívida Bruta do Governo Geral – DBGG (% PIB)	78,10 ⁽¹⁾	79,70	-	83,75	-	87,10

Fonte: Panorama Macroeconômico e Prisma Fiscal, de novembro/2025; Sistema de Expectativas de Mercado – Banco Central do Brasil (dados de 07/11/2025). Elaboração própria.

(1) Valores referentes a setembro/2025 para Taxa de Desocupação, DLSP e DBGG.

(2) Para as Expectativas de Mercado foram utilizadas as projeções do IGP-M.

(3) Saldo acumulado nos últimos 12 meses, tendo como referência setembro/2025.

(4) Medianas com base nas previsões anuais do Prisma Fiscal de outubro/2025.

2. CENÁRIOS MACROECONÔMICO E FISCAL

2.1. Atividade econômica

Em continuidade ao cenário de desaquecimento da economia, a projeção de crescimento real do PIB, em 2025, contida no Panorama Macroeconômico foi reduzida para 2,24%, frente ao crescimento de 2,34% previsto no relatório anterior. Indicadores coincidentes apontam a perda de ritmo em relação à primeira metade do ano, devida, em parte, à política monetária restritiva em curso. A tendência de desaceleração já tem reflexos nas concessões de crédito – que, no terceiro trimestre, em termos reais e dessazonalizados, apresentaram contração em relação ao trimestre anterior – e no mercado de trabalho – que registrou, no mesmo período, decréscimo da população ocupada.



As projeções apresentadas no Boletim MacroFiscal para o terceiro trimestre de 2025 indicam um crescimento econômico de 0,3% na margem e de 1,9% no interanual. O setor produtivo com expectativa de maior crescimento no terceiro trimestre é o de serviços (0,4%), seguido pela indústria (0,3%) e pela agropecuária (0,1%). Não obstante, o setor agropecuário deve encerrar o ano corrente com um crescimento acumulado de 9,5%, enquanto o setor de serviços e a indústria devem registrar, respectivamente, crescimento de 1,9% e de 1,3%. As projeções para 2026, por sua vez, indicam uma expansão de 2,4% do PIB. O setor de serviços deve registrar uma variação positiva de 2,2%, a indústria deve crescer 1,8% e o setor agropecuário, 0,8%.

2.2. Emprego e renda

O mercado de trabalho segue exibindo taxa de desemprego em patamar historicamente baixo, de 5,6%, mas com sinais claros de acomodação. De acordo com o Boletim MacroFiscal, considerando dados dessazonalizados, houve redução da população ocupada na passagem do segundo para o terceiro trimestre, ao mesmo tempo em que o ritmo de crescimento dos rendimentos reais vem diminuindo. Destaca-se também que, no período de 12 meses encerrado em setembro/2025, houve criação líquida de 1,4 milhão de postos formais de trabalho, montante 16,6% menor do que o registrado no ano de 2024. Apesar disso, no mês de setembro/2025, foram criados 213 mil postos formais de trabalho, frente a 130 mil postos criados em julho.

Esse cenário é refletido na redução das previsões de crescimento do rendimento médio e da massa salarial. Para 2025, a projeção de crescimento do rendimento médio real foi reduzida de 2,73% (em setembro) para 2,44%, ao passo que, para a massa salarial, a revisão foi de 6,62% para 6,45%. O ano de 2026, por sua vez, deve registrar crescimento de 3,12% e 5,88%, respectivamente, para o rendimento médio real e a massa salarial. No Panorama Macroeconômico de setembro, esses valores eram de 3,46% e 6,35%.

2.3. Inflação

No que diz respeito ao quadro inflacionário, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado foi de 4,68% nos últimos doze meses (com referência a outubro/2025), sendo de 3,73% o IPCA acumulado somente no ano de 2025. Tal redução do IPCA foi puxada principalmente pela desaceleração dos preços de alimentos, com destaque para os preços de carnes, leite e café (redução de 7,0% para 4,5%) e dos preços de bens industriais (queda de 3,3% para 3,0%), motivada pela deflação mais acentuada de aparelhos eletroeletrônicos e pelo arrefecimento nos preços de produtos de higiene pessoal. Por sua vez, a inflação dos serviços se manteve estável em 6,2%, com a redução nos preços de alimentação fora do domicílio, de seguro voluntário de veículo e de conserto de automóvel, todos esses índices medidos de agosto a outubro/2025.



Ademais, o recuo na inflação de agosto a outubro também pode estar associado à estabilidade nos preços dos monitorados, em virtude do efeito conjunto da redução da inflação das tarifas de energia com o aumento nas tarifas de ônibus urbano, emplacamento e licença e o aumento nos preços da gasolina.

Por sua vez, a revisão da projeção do IPCA a menor para 2025, de 4,84% para 4,64%, embora ainda em patamar superior ao intervalo de tolerância da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN (4,50%), está associada aos efeitos defasados do real mais apreciado nos preços, à desaceleração dos preços no atacado agropecuário e industrial e ao excesso na oferta de bens em escala mundial como reflexo do aumento nas tarifas comerciais. Nos anos posteriores (2026 a 2028), mantém-se a tendência de redução do IPCA, esperando-se convergência ao centro da meta a partir de 2027.

Com relação ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a projeção para o final de 2025 caiu de 4,7% para 4,5%, seguindo movimento similar ao do IPCA nos anos posteriores. Enquanto isso, o acumulado do INPC em doze meses foi de 4,49%, sendo de 3,65% o acumulado somente no ano de 2025, ambos com referência a outubro/2025.

Por fim, quanto ao Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), a previsão caiu de 2,6% para 1,4% em 2025, motivada pela apreciação do câmbio e pela expectativa de menor inflação ao consumidor no ano. De agosto a outubro/2025, houve queda na variação acumulada em doze meses, de 3,0% para 0,7%, repercutida principalmente pela desaceleração nos preços no atacado, com destaque para os bovinos e produtos alimentícios, e pela deflação acentuada da soja.

2.4. Taxa de juros e mercado de crédito

Em reunião realizada no dia 05/11/2025, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa básica de juros em 15,00%. Contudo, o Panorama estima uma taxa Selic de 14,90% para dezembro/2025, enquanto o valor acumulado para 2025 é projetado em 14,29%. Para dezembro/2026, a taxa projetada é de 11,40%, com um acumulado anual de 13,19%. Já para 2027, a previsão é de 9,16% em dezembro, tendo um valor acumulado de 10,18% ao longo do ano. Quanto às novas concessões de crédito, no ano de 2025, até o mês de setembro, registrou-se um aumento de 6,6%. Por sua vez, o total de crédito cresceu 5,9% entre dezembro/2024 e setembro/2025.

2.5. Cenário externo e comércio exterior

No cenário internacional, a avaliação é de que o crescimento global tem se mostrado resiliente em 2025, mas com perspectiva de desaceleração. O bom desempenho da economia dos Estados Unidos no segundo trimestre – decorrente da expansão da absorção doméstica e do dinamismo de setores associados à inteligência artificial –, a expansão da economia chinesa e o desempenho acima do esperado de



diversas economias emergentes contribuíram para a elevação das estimativas globais de crescimento econômico em 2025. Apesar disso, o cenário comercial adverso advindo da efetiva implementação de tarifas recíprocas já tem surtido efeito negativo sobre o comércio internacional, o que pode ser agravado pelas incertezas comerciais e geopolíticas.

Nesse sentido, segundo o Boletim MacroFiscal, as tarifas impostas aos produtos brasileiros, pelos Estados Unidos, acarretaram redução de cerca de US\$ 2,5 bilhões nas exportações para este país (queda de 24,9%), na comparação entre o período de agosto a outubro de 2025 e o mesmo período de 2024. Apesar disso, as exportações totais brasileiras registraram leve crescimento: o saldo acumulado no período de 12 meses até setembro/2025 foi 0,7% maior do que o registrado ao longo do ano de 2024.

O saldo da balança comercial, por sua vez, se mantém positivo em 2025, mas, na mesma comparação, o saldo acumulado nos últimos 12 meses até setembro/2025 (US\$ 52,86 bilhões) foi 19,7% menor do que o observado em 2024. Já o saldo em transações correntes ainda traz resultado negativo, com um déficit de US\$ 78,95 bilhões acumulados nos últimos 12 meses (referentes a setembro/2025) – em 2024, o déficit foi de US\$ 66,17 bilhões.

2.6. Contas públicas

No que tange às principais variáveis fiscais extraídas dos relatórios da SPE, nos últimos 12 meses (tendo setembro como mês de referência), o resultado primário do governo central alcançou -0,3% do PIB (-R\$ 39,74 bilhões), pelo critério acima da linha. Embora o Tesouro Nacional, nesse período, tenha apresentado superávit de R\$ 278,10 bilhões (2,2% do PIB), o déficit da Previdência Social (-R\$ 317,83 bilhões ou -2,5% do PIB) pressiona o resultado do Governo Central para baixo.

Tal resultado se mantém estável em relação ao realizado em julho/2025. Apesar disso, houve melhora das expectativas para a projeção do acumulado no final de 2025, uma vez que a mediana continua em ritmo decrescente: de -R\$ 69,99 bilhões em setembro/2025 para -R\$ 67,56 bilhões em outubro/2025, confirmando uma reversão de expectativa de elevação de déficit para redução gradual desse déficit, isto é, passando de -R\$ 95,34 bilhões (julho/2024) para -R\$ 72,11 bilhões (julho/2025), movimento esse que pode ser explicado pelo aumento das expectativas para a arrecadação federal, bem como para a receita líquida. Ressalta-se, porém, que tal projeção somente permanecerá acima do limite inferior da meta de resultado primário (-R\$ 30,97 bilhões) devido à compensação do valor dos precatórios a ser excluído para a aferição da meta (R\$ 43,26 bilhões), perfazendo um déficit líquido de R\$ 27,38 bilhões.

Por outro lado, os boletins preveem uma meta de resultado primário de R\$ 0,00 do setor público consolidado para 2025. Na sequência, é esperado saldo primário positivo



de 0,25% do PIB, para 2026, e de 0,50%, para 2027. Apesar disso, as expectativas de mercado apontam tendências de déficits primários equivalentes a 0,50% do PIB, 0,60% do PIB e 0,40% do PIB para 2025, 2026 e 2027, respectivamente.

Como decorrência da projeção de melhora do resultado primário e da então revisão para cima do PIB nominal em 2024 e em 2025, após um período de previsões elevadas desse indicador entre maio e dezembro/2024, houve reversão da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), a qual marcou quedas sucessivas desde dezembro/2024, passando de 76,5% do PIB para 76,1% do PIB em maio/2025. No entanto, os meses de julho e setembro/2025 marcaram aumentos sucessivos da DBGG para 77,6% do PIB e 78,1% do PIB, respectivamente, puxados especialmente pela piora da taxa acumulada de crescimento do PIB entre esses últimos dois meses. Apesar disso, as expectativas até o final de 2025 são otimistas, considerando que o Boletim MacroFiscal revisou para baixo a projeção da DBGG, de 79,74% do PIB para 79,54% do PIB em novembro/2025. Contudo, nesse caso, o mercado prevê que a DBGG deve chegar ao final de 2025 no patamar de 79,70% do PIB e, em 2026 e 2027, alcançar 83,75% do PIB e 87,10% do PIB, respectivamente. Da mesma forma, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) experimentou aumento, tendo atingido 64,79% do PIB em setembro/2025 contra 63,62% do PIB em julho/2025. Esta deve chegar a 65,8% do PIB ao final deste ano, mantendo-se em trajetória ascendente e alcançando 70,1% do PIB e 73,8% do PIB até o fim de 2026 e de 2027, respectivamente.

3. CONSIDERAÇÕES DA CONORF

O cenário delineado pelo Panorama Macroeconômico e o Boletim MacroFiscal de novembro confirma o diagnóstico de que a economia ingressou em uma fase de desaceleração mais nítida. A combinação da política monetária contracionista, do arrefecimento da concessão de crédito, da perda de fôlego do mercado de trabalho e do cenário externo relativamente adverso tende a gerar efeito cumulativo sobre o nível de atividade em 2025 e 2026. Esse diagnóstico é compatível com a redução das projeções de atividade apresentada nos boletins, o que é corroborado pelos indicadores econômicos de curto prazo. Além disso, destaca-se que a projeção de crescimento econômico da SPE para 2025 (2,24%) é compatível com as previsões do mercado (2,16%) contidas no Relatório Focus de 7 de novembro de 2025. Por outro lado, o Relatório Focus é mais pessimista para os anos de 2026 (1,78%, ante 2,44% previstos pela SPE) e 2027 (1,88%, ante 2,56% previstos pela SPE).

Nesse sentido, os dados mais recentes sugerem que o arrefecimento da economia, apesar de moderado, tende a se disseminar por diversos setores. Os indicadores de produção, comércio e serviços apontam perda de tração em relação à primeira metade do ano, em linha com a projeção de crescimento do PIB para 2025. No



mercado de trabalho, a taxa de desemprego permanece em níveis historicamente baixos, mas os dados já sinalizam redução da população ocupada e desaceleração do crescimento dos rendimentos reais e da massa salarial, o que limita a expansão do consumo interno. Nesse sentido, o Relatório Focus reforça essa percepção, ao estimar uma taxa de desocupação de 5,74% para 2025, 6,2% para 2026 e 7% para 2027.

O cenário internacional permanece marcado por um quadro incerto, que combina relativo dinamismo no curto prazo e um contexto adverso para o comércio exterior. Para o Brasil, ganham peso as medidas recentes de elevação de tarifas sobre os produtos exportados para os Estados Unidos. Ainda que seu efeito seja moderado sobre o agregado das exportações brasileiras (especialmente ao se considerar as políticas de mitigação implementadas pelo governo, como o Plano Brasil Soberano), o impacto dessas medidas pode limitar o resultado registrado na balança comercial brasileira. De todo modo, o Relatório Focus prevê melhora gradual do saldo da balança comercial e do saldo em transações corrente. A balança comercial parte de um superávit de US\$ 62 bilhões em 2025, atingindo um superávit de US\$ 74,7 bilhões em 2027. Já o saldo em transações correntes, segundo o Relatório Focus, deve registrar um déficit de US\$ 72,1 bilhões em 2025, que deve ser reduzido até US\$ 60,2 bilhões em 2027.

Além disso, a expectativa de inflação continua elevada, embora apresente percentuais decrescentes nas projeções dos últimos relatórios. A projeção de 4,64% para o IPCA acumulado para 2025 está alinhada com a perspectiva de mercado registrada no Relatório Focus. Embora ainda em patamar superior ao teto da meta definida pelo CMN, essa tendência de queda evidencia uma descontinuidade da pressão inflacionária que persistia desde o ano passado. Tal movimento de desaceleração coaduna com a expectativa anterior de que a subida tenderia a se estabilizar a partir do início do segundo semestre deste ano e com a projeção de que, do último quadrimestre de 2025 até o final de 2027, o IPCA e o INPC voltem a caminhar em direção ao centro da meta (3,0%), conforme previsão do Boletim MacroFiscal de novembro/2025.

Nesse contexto, o Copom manteve a taxa básica de juros em 15,0%, sinalizando, para a próxima reunião do colegiado, a manutenção da referida taxa, apesar das quedas sucessivas do IPCA, em virtude do risco associado à inflação acima do limite superior da meta (4,50%). De outro modo, apesar da manutenção da taxa Selic em nível elevado, o mercado de crédito tem demonstrado algum fôlego até setembro/2025, por meio de leve aumento percentual tanto das novas concessões quanto do total de concessões de crédito, o que pode ser motivado pela melhoria dos indicadores de emprego, o que, por conseguinte, tende a trazer impacto positivo no crescimento do PIB. No entanto, vislumbra-se que a manutenção da Selic em nível elevado, a subida da taxa de desemprego e a queda de indicadores como massa salarial real e rendimento médio real



possam, nos próximos meses, refletir, ao menos, na estabilização das concessões de crédito, ou mesmo na queda destas, até o início de 2026.

No que diz respeito às contas públicas, os dados demonstram, em geral, uma piora pontual no quadro dos indicadores fiscais. Isso porque, no acumulado, o resultado primário, tanto o consolidado do setor público quanto o do governo geral, vem apresentando uma melhora gradual desde julho/2024, de modo que a projeção até o final de 2025 aproxima-o do limite inferior da meta (-0,25% do PIB ou -R\$ 30,97 bilhões). Tal melhora nos indicadores de resultado primário deveu-se principalmente ao aumento na arrecadação das receitas federais e da receita líquida do governo central, assim como à perda de intensidade no aumento dos gastos federais, a partir do segundo semestre de 2024. Entretanto, ressalta-se que o limite inferior da meta tende a se tornar alcançável apenas por meio da exclusão do pagamento de precatórios, no valor de R\$ 43,26 bilhões. Em contrapartida, o mercado, que não considera em suas previsões a compensação do valor dos precatórios, estima a persistência do déficit primário em patamar médio de 0,5% do PIB entre 2025 e 2027.

Por conseguinte, a melhora no resultado primário desde julho/2024 se refletiu na atenuação do impacto na trajetória da dívida pública (DLSP e DBGG). Isso se confirma pelo fato de a DBGG ter apresentado queda suave (-0,4%) e a DLSP ter reduzido a intensidade de elevação (0,5%), referentes ao comparativo de dezembro/2024 a maio/2025. Contudo, neste segundo semestre, ambos os indicadores de dívida esboçam uma reversão da expectativa de queda com aumentos mais significativos. Em julho/2025, enquanto a DLSP passou para 63,7% do PIB (aumento de 1,7%), a DBGG alcançou 77,6% do PIB (aumento de 1,5%). Na mesma linha, em setembro/2025, embora em ritmo mais suave, a DLSP experimentou aumento de 1,1% (64,8% do PIB) e a DBGG, aumento de 0,5% (78,1% do PIB), refletidos principalmente pelos aumentos anteriores das taxas de juros implícitas, pressionadas pelas elevações consecutivas da taxa Selic. Apesar disso, ainda em relação a tais indicadores da dívida, é possível observar que a estabilização da taxa Selic em 15,0% tende a manter relativamente constantes os níveis das taxas de juros implícitas, o que, por conseguinte, poderá estancar os movimentos mais intensos da DLSP e da DBGG verificados em julho/2025, em linha com a projeção de desaceleração da trajetória de aumento da dívida até o final de 2025.

4. REFERÊNCIAS

- Panorama Macroeconômico:
https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/conjuntura-economica/panorama-macroeconomico/2025/panmacro_spe_slides_novembro2025.pdf
- Boletim MacroFiscal:



https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/conjuntura-economica/boletim-macrofiscal/2025/bmf2511-boletim_macrofiscal.pdf

- **Prisma Fiscal:**

https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/relatorios-do-prisma-fiscal/relatorio-mensal/2025/relatorio_mensal_outubro_2025.pdf/view

- **Boletim Focus:**

<https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20251107.pdf>

- **Banco Central do Brasil – Estatísticas Fiscais:**

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>

- **Banco Central do Brasil – Estatísticas do Setor Externo:**

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno>

- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:**

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>

- **Publicações da Conorf:**

<https://www12.senado.leg.br/orcamento/estudos-orcamentarios>

ÓRGÃO RESPONSÁVEL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF

Consultor-Geral: Flávio Diogo Luz

<http://www.senado.leg.br/orcamento>

Tel: (61) 3303-3318 | conorf@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA: Bento Rodrigo Pereira Monteiro, Eduardo Jacomo Seraphim Nogueira, Guilherme Knust Sad, Jonathan Meirelles de Aguiar, Marcos Felipe de Almeida Martins, Murilo Hinojosa de Sousa, Neide Aparecida Archanjo de Carvalho, Ricardo Bioni Liberalquino.